

ESTIMATIVA DA RECEITA 2026

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – 2026

(Art. 12º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000)

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 12º, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e inciso I do Parágrafo único do art. 22 da Lei Municipal nº 16.547/2025 – LDO 2026, descrevemos na sequência os estudos e as estimativas das receitas para o exercício atual e subsequentes.

1. CENÁRIO ECONÔMICO

A tabela a seguir apresenta a síntese dos principais indicadores macroeconômicos utilizados como referência na elaboração da Proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2026 e da Proposta do Plano Plurianual (PPA) 2026/2029. O processo de planejamento teve início com a publicação da Instrução Normativa SMF n.º 3/2025 e da Portaria SMF n.º 24/2025, ambas datadas de 25 de julho de 2025, que estabeleceram as diretrizes e parâmetros técnicos para a consolidação das estimativas. Os valores projetados refletem a aplicação de metodologia alinhada às melhores práticas de finanças públicas, considerando a trajetória esperada das variáveis macroeconômicas, bem como os impactos de políticas fiscais e tributárias vigentes.

Índices Econômicos	2025	2026	2027	2028	2029
CRESCIMENTO PIB BRASIL Δ%	2,23%	1,88%	2,00%	2,00%	2,00%
PIB SERVIÇOS	1,92%	1,80%	1,95%	2,00%	2,00%
PIB CURITIBA ESTIMADO *	158.467.510	168.807.935	179.464.236	190.739.419	201.745.823
POPULAÇÃO CURITIBA ESTIMADA *	1.837.463	1.845.103	1.852.137	1.858.678	1.864.711
IPCA (MÉDIA)	5,22%	4,56%	4,23%	4,20%	3,70%
IPCA (FIM DE PERÍODO)	5,10%	4,45%	4,00%	3,80%	3,60%
IPCA (Out a Set - FOLHA DE PAGAMENTO)	5,37%	4,41%	4,19%	4,17%	3,86%
INPC	5,15%	4,22%	4,00%	3,50%	3,50%
IGP-M	1,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
TAXA DE CAMBIO (MÉDIA)	5,68	5,65	5,68	5,73	5,73
TAXA DE CAMBIO (FIM DE PERÍODO)	5,65	5,70	5,70	5,70	5,75
TJLP – % Dez	8,70%	7,90%	7,20%	6,86%	6,86%
TX SELIC (MÉDIA)	14,56%	13,46%	11,77%	10,35%	10,35%
TX SELIC (FIM DE PERÍODO)	15,00%	12,50%	10,50%	10,00%	9,88%
% POPULAÇÃO – CRIANÇA E ADOLESCENTE **	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%

Fonte: SMF, Cenário ITAÚ Longo Prazo (Jul 2025), Expectativas de Mercado BACEN (18/07/2025).

* PIB CURITIBA valor está em Milhões.

**IBGE (Censo 2022).

1.1 Cenário Macro

Com relação ao cenário macro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) publicou dois relatórios ao longo deste ano, em abril e julho, que traçam um retrato marcado por incertezas, tensões comerciais e sinais de resiliência pontual da economia mundial.

Em abril de 2025, o relatório World Economic Outlook (WEO), publicado pelo FMI, cortou as projeções de crescimento global para 2,8% em 2025 e 3,0% em 2026, já em julho, a instituição apresentou um cenário ligeiramente mais favorável. O WEO Update elevou a projeção de expansão global para 3,0% em 2025 e 3,1% em 2026, revisando para cima a estimativa divulgada três meses antes, segundo o relatório a recuperação nas projeções globais, decorrem mais de distorções comerciais do que de fundamentos econômicos robustos, esse crescimento adicional em 2025 é o resultado em grande parte, por adoção de “*front-loading*” (antecipação de compras), e investimentos por empresas antes da entrada em vigor de novas tarifas estabelecidas pelo presidente dos EUA, do que uma recuperação real no nível da demanda global. E que à medida que essas compras forem normalizadas, o crescimento deverá desacelerar no segundo semestre de 2025 e em 2026.

A discrepância entre os relatórios do FMI de abril e julho de 2025, em conjunto com a realidade mista de agosto, demonstra a volatilidade do cenário econômico global. A trajetória de recuperação não é linear e as economias continuam a enfrentar riscos significativos, exigindo cautela e políticas assertivas dos governos e bancos centrais.

1.2 Cenário Interno

No cenário interno as taxas de juros continuam em níveis elevados, segundo o Relatório Focus (emitido pelo Bacen), para o ano de 2025 a projeção da taxa básica Selic é de 15% a.a., com expectativas do Banco Central para os anos de 2026 de 12,5%, 2027 10,5%, 2028 10% e 9,88 em 2029. A efetiva confirmação deste cenário dependerá de como a autoridade monetária e governo atuarão no controle das pressões inflacionárias.

No campo fiscal, o "tarifaço" imposto pelo governo norte americano representa um obstáculo. A possível queda nas exportações pode impactar a arrecadação, colocando em risco a meta fiscal estabelecida pelo governo. A situação exige uma gestão ainda mais rigorosa dos gastos públicos e a busca por novas fontes de receita. A capacidade de o governo manter o equilíbrio fiscal e, ao mesmo tempo, oferecer o apoio necessário às empresas afetadas será o principal teste para a política econômica brasileira nos próximos meses.

No cenário político, há grande expectativas no que diz respeito a consolidação da Reforma Tributária atual e a aprovação da PL 108/2024, onde o grande desafio é regulamentar,

implantar e efetivamente colocar para funcionar o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, o que poderá impactar positivamente na gestão das contas públicas podendo contribuir com a redução da taxa básica de juros (Selic), na percepção da tão esperada estabilidade econômica de longo prazo, podendo trazer ganho de produtividade ao País. Por outro lado, há incertezas quanto a jornada e regulamentação da Reforma Tributária e a arrecadação do principal tributo de autonomia municipal para os lançamentos do Imposto Sobre Serviço (ISS). Considerando o PLP 68/2024, o período de transição do novo Imposto, inicia em 2026, sendo totalmente implementado em 2033.

Acerca do impacto do Projeto de Lei nº 1087/2025, encaminhado pelo Governo Federal, que propõe a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) até R\$ 5.000,00, a Confederação Nacional de Municípios – CNM divulgou estudo preliminar acerca do impacto que segundo a entidade, a medida resultará em queda anual de R\$ 11,8 bilhões na receita dos Municípios brasileiros, decorrente da redução de 15% na arrecadação própria do IR (aproximadamente R\$ 4,9 bilhões) e da diminuição de 3% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), equivalente a R\$ 6,9 bilhões por ano.

Segundo a entidade, a ausência até o momento de medidas de compensação tributária por parte da União fragiliza o pacto federativo e impõe risco adicional ao planejamento da Lei Orçamentária Anual de 2026, que já se encontra em elaboração.

Para o ano de 2025 há expectativa de inflação de 5,10% ficando acima do centro da meta em (3%) e do intervalo superior de tolerância (1,5%-4,5%). Nos anos subsequentes, a tendência é que a inflação continue acima da meta para 2026 em 4,45%, 2027 em 4,0%, 2028 3,80% e 3,60% em 2029.

A taxa de câmbio para os anos 2025 é de R\$ 5,68/US\$, para os anos de 2026 R\$ 5,65/US\$, e 2027 R\$ 5,68/US\$, 5,73 para 2028 e 2029, mas devido às incertezas alterações no cenário de comércio internacional, o câmbio poderá trazer valores maiores ou menores que o estimado.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o produto interno bruto (PIB) no Brasil avançou 1,4% frente ao quarto trimestre de 2024. O PIB de Curitiba tem uma correlação acompanhando a variação do PIB Brasil, que é estimado para os anos futuros pelo Banco Central.

Para as estimativas das receitas tributárias e transferências constitucionais foi utilizado um cenário com variação do PIB 2,23 % em 2025, 1,88% para 2026, e 2,0% de 2027 a 2029, entre outros indicadores.

1.3 Cenário Regional

O anúncio sobre a decisão do governo do Paraná em reduzir a alíquota do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 3,5% para 1,9% a partir de 2026, é visto como um benefício direto para os proprietários de veículos, mas representa um desafio significativo para a arrecadação dos municípios do estado. Essa medida, que visa impulsionar o consumo e atrair veículos de outros estados, tem um impacto direto nas finanças locais, que dependem diretamente da partilha desse tributo. A queda na arrecadação será sentida de maneira mais intensa nos municípios com maior concentração de veículos, especialmente nas grandes cidades. A necessidade de encontrar novas fontes de receita ou de cortar gastos para compensar as quedas na arrecadação, será um dos principais desafios para as gestões municipais a partir de 2026.

O IPVA representa uma fonte relevante de arrecadação para os municípios, uma vez que 50% da receita é destinada às prefeituras onde os veículos são licenciados. No caso de Curitiba, a receita do IPVA apresenta trajetória ascendente entre 2020 e 2024, passando de R\$ 510,3 milhões (2020) para R\$ 832,8 milhões (2024) em valores nominais (sem dedução do FUNDEB).

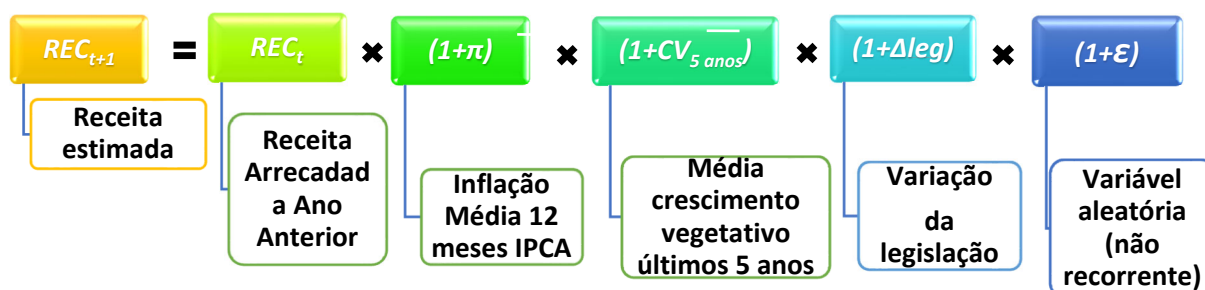
Nas projeções de receita para 2026, a redução da alíquota do IPVA representa um desafio de grande magnitude para Curitiba. A previsão inicial indicava arrecadação próxima de R\$ 999 milhões, mas, com a previsão da nova regra tributária, a estimativa cai para cerca de R\$ 581 milhões, configurando uma perda de R\$ 418 milhões em recursos que deixam de ingressar nos cofres municipais. Além disso, em virtude dos descontos anunciados, projeta-se um impacto negativo adicional de aproximadamente R\$ 47 milhões na transferência destinada ao FUNDEB, ampliando os efeitos sobre a capacidade de financiamento das políticas públicas educacionais. Esses montantes, que poderiam ser destinados a investimentos em saúde, educação, infraestrutura e mobilidade urbana, evidencia a necessidade de diálogo e cooperação entre Estado e Município para buscar alternativas que assegurem a manutenção da qualidade dos serviços públicos e a continuidade dos projetos estratégicos da cidade.

2. PROJEÇÃO DAS RECEITAS

As receitas orçamentárias para o exercício de 2026 foram estimadas considerando o comportamento histórico da receita e a arrecadação de janeiro a julho do exercício corrente. Também foram tomadas como premissas as projeções elaboradas para a economia, as quais foram estabelecidas por meio dos indicadores de conjuntura divulgados oficialmente.

Consideram-se, ainda, as circunstâncias de ordem conjuntural que possam comprometer o desempenho de cada fonte de receita, a expectativa para o cenário macroeconômico, e os benefícios de natureza tributária (renúncia, descontos, entre outros) e alterações na legislação.

O Modelo de Previsão, aplicado na maioria das estimativas de receita, neste documento, implementa a seguinte lógica: considera como base a arrecadação do período anterior, em que se aplica IPCA médio entre o ano base e a estimativa de índice de preços do período seguinte, o crescimento vegetativo médio (índice de crescimento ou decrescimento real da receita), efeito de Legislação (variação da receita decorrente de alterações na legislação vigente) e variável aleatória (índices que não são comumente utilizados). Essa metodologia matematicamente é traduzida pela seguinte fórmula:



Na sequência serão descritos alguns critérios utilizados para a projeção das principais receitas.

2.1 Receitas com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

A projeção das receitas com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, as quais abrangem as arrecadações de competência do Município (Imposto sobre a Propriedade Territorial Predial Urbana - IPTU, Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – Inter Vivos - ITBI, Taxas e Contribuição de Melhoria), e o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, estão estimados para 2026, no montante de R\$ 6.282.416.000, apresentando um crescimento de 214,6 milhões de reais em relação ao provável 2025, que representa 3,5% sobre a arrecadação estimada para 2025.

- a) **IPTU:** Para a projeção de arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal, foi considerado a evolução dos valores de lançamento, a arrecadação nos últimos cinco anos, inflação projetada para o período, sendo estimado o valor de R\$ 1.528.000.000 que corresponde expectativa de crescimento nominal de 7,1%, em comparação com a receita provável de 2025. Considerando a

estimativa de arrecadação com Multas e Juros, Dívida Ativa e Multas e Juros da Dívida Ativa incidente no IPTU o valor estimado ficou em R\$ 1.736.000.000.

- b) **ITBI:** No Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - Inter Vivos, foi projetado o valor de R\$ 658.000.000. Para essa estimativa foi considerado a variação da arrecadação dos últimos cinco anos, e projeção de índice do IPCA e PIB, com expectativa de crescimento nominal de 6,5%, em comparação com a receita provável de 2025. Considerando a estimativa de arrecadação com Multas e Juros, Dívida Ativa e Multas e Juros da Dívida Ativa incidente no ITBI o valor estimado ficou em R\$ 658.964.000.
- c) **IRRF:** Para a estimativa do Imposto de Renda Retido na Fonte, foi considerado a receita provável de 2025, variação do índice da inflação e as retenções sobre outros rendimentos – pessoa física e jurídica. Sendo estimado para 2026, o valor de R\$ 764.000.000, que corresponde a uma variação nominal de 3,8%, em relação ao provável.
- d) **ISS:** Na estimativa do Imposto Sobre Serviços, considerou-se a variação vegetativa média da arrecadação dos últimos cinco anos, o IPCA e estimativa de variação do PIB do setor de serviços, sendo projetada uma receita em R\$ 2.679.000.000, que corresponde a variação nominal de 1,3% em relação a provável 2025. Considerando a estimativa de arrecadação com Multas e Juros, Dívida Ativa e Multas e Juros da Dívida Ativa incidentes no imposto o valor total estimado ficou em R\$ 2.817.000.000.
- e) **Taxas:** As receitas de taxas municipais estão classificadas em duas modalidades: Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços. Para o exercício de 2026, projeta-se arrecadação total de R\$ 306.405.000, correspondendo a uma variação de 3,2% em relação ao exercício provável de 2025. Entre as receitas mais relevantes, destaca-se a Taxa de Coleta de Lixo, cuja estimativa foi elaborada a partir da série histórica de lançamentos e arrecadações dos últimos cinco anos, corrigida pela variação do IPCA, resultando em projeção bruta de R\$ 225.000.000. Considerando ainda a incidência de Multas, Juros e Dívida Ativa, o montante projetado para as Taxas pela Prestação de Serviços totaliza R\$ 275.700.000.

2.2 Receitas de Contribuições

Compreendem as receitas de Contribuições para o Regime Próprio de Previdência dos servidores ativos e inativos do Município para o Fundo Previdenciário e a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP e foram projetadas para 2026 em R\$ 733.053.000, crescimento nominal em relação as estimativas de 2025 de 1,0%.

- a) **Contribuições para o Regime Próprio de Previdência:** foram projetadas conforme os critérios de crescimento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas, e apresentaram um montante de R\$ 567.053.000, com crescimento nominal de 0,3%, sobre a estimativa para 2025.
- b) **Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP:** no cálculo do valor estimado para a Receita de Contribuições para 2026, aplicou-se o IPCA média ano, sendo estimado o valor de R\$ 166.000.000.

2.3 Receita Patrimonial

A Receita Patrimonial compreende as receitas imobiliárias, aplicações financeiras e receitas de concessões e permissões. Sendo estimada, para 2026 em R\$ 798.744.000. Dentre essas receitas destacam – se as Renumerações de Aplicações Financeiras projetadas no valor de R\$ 754.008.000, a qual, foi calculado com base nos impactos de alterações de legislação e disponibilidades de recursos.

2.4 Receitas de Serviços

As receitas com Serviços, abrange serviços comerciais, serviços administrativos, entre outros serviços, sendo estimado para 2026 o valor de R\$ 123.909.000. Dentre as arrecadações com Serviços, destacam-se a “Receitas de Serviço do Armazém da Família” no valor de R\$ 116.544.000.

2.5 Receitas de Transferências Correntes

Para a projeção das receitas de transferências correntes em 2026, foram consideradas as principais variáveis macroeconômicas, notadamente a evolução do PIB, a inflação medida pelo IPCA e o desempenho histórico das bases de arrecadação que compõem as transferências constitucionais. A estimativa resultou em R\$ 5.102.481.000, valor que representa uma redução

de R\$ 86,3 milhões em relação ao previsto para 2025, correspondendo a uma variação negativa de 1,2%.

2.5.1 Receitas de Transferências da União

A estimativa de arrecadação para as receitas de Transferências Federais foi de R\$ 2.265.944.000, representando variação nominal de 2,9% sob a receita provável para 2025. Dentre as principais receitas repassadas pela União, destacamos o Fundo de Participação dos Municípios – FPM quota mensal, FPM 1% quota anual repasse em julho (EC 84/2014), FPM 1% quota anual entregue em dezembro (EC 55/2007), valores acumulados de setembro a agosto do ano seguinte (EC nº112/2021) as Transferências do FNDE, Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS e Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

- a) **FPM:** A estimativa de transferência do FPM - quota mensal, foi no montante de R\$ 701.000.000 e o FPM - Cotas Extraordinárias foram projetadas no valor R\$ 93.000.000. Para a projeção foram utilizados a variação dos repasses nos últimos cinco anos, IPCA e variação do PIB. Considerando as deduções para formação do FUNDEB, o valor líquido projetado para o FPM - quota mensal foi de R\$ 560.800.000.
- b) **Transferências do SUS:** Foi estimado o valor de R\$ 1.475.934.000, apresentando variação de nominal de 1,6% sobre a receita provável em 2025. As estimativas foram feitas com base no histórico dos repasses.
- c) **Transferências do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE.** A receita foi estimada considerando o comportamento das transferências nos últimos cinco anos no valor de R\$ 98.948.000, variação de 5,5% em relação ao provável 2025.
- d) **Transferência do Fundo Nacional de Assistência Social:** Para as estimativas de transferências de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, foi utilizado o histórico de repasses, sendo estimado o valor de R\$ 15.243.000, variação de 3,4% em relação ao provável 2025.

2.5.2 Receitas de Transferências do Estado

Para o exercício de 2026, estima-se o ingresso de R\$ 1.657.667.000 a título de transferências correntes oriundas do Estado, valor que representa uma redução de 10,5% em relação ao previsto para 2025. Essa retração decorre, em grande medida, da expectativa de diminuição das transferências de IPVA. Compõem, ainda, as principais rubricas dessas transferências o ICMS, o IPI-Exportação e as transferências vinculadas a programas estaduais na área da saúde, cujas variações acompanham a dinâmica da arrecadação estadual e os critérios de repasse estabelecidos na legislação vigente.

- a) **ICMS:** Para as transferências do ICMS, foi considerado o comportamento da arrecadação dos últimos cinco anos, projeção do PIB, inflação para o período, expectativa de incremento no índice de participação na Cota-parte ICMS de 8,4% em 2025 para 8,59% em 2026, conforme consulta de índice prévio SEFA/PR em 11/08/2025, sendo estimado o montante de R\$ 1.240.000.000, que corresponde a uma variação nominal de 8,8%, em relação a provável de 2025. Considerando o valor deduzido da transferência para a formação do FUNDEB, o valor líquido projetado foi de R\$ 992.000.000.
- b) **IPVA:** Para o exercício de 2026, ficou estimado para as transferências do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores o montante de R\$ 581.000.000,00. O cálculo levou em consideração o IPCA médio, a variação vegetativa dos repasses e a redução da alíquota anunciada pelo Governo do Estado, que passa de 3,5% para 1,9% (decrécimo de 45,7%). Além disso, foram ponderadas variáveis como a manutenção da alíquota de 1% para veículos diferenciados, o potencial de ingresso de receitas oriundas de inadimplentes e o registro de novos veículos no período. Ainda assim, a projeção municipal aponta para uma retração de aproximadamente 35,7% em relação ao exercício provável de 2025. Após a dedução constitucional referente à formação do FUNDEB, o valor líquido estimado para ingresso nos cofres municipais é de R\$ 464.800.000,00.
- a) **IPI Exportação:** Para a previsão de receita de transferência para o IPI Exportação para 2026, foi considerada o comportamento da receita nos últimos cinco anos, a inflação, a expectativa do PIB, sendo estimada a transferência no valor de R\$ 17.000.000, crescimento de 6,3% em relação a transferência provável 2025.

Considerando o valor deduzido da transferência para a formação do FUNDEB, o valor líquido projetado foi de R\$ 13.600.000.

- b) **Transferências do Estado Para Programas da Saúde:** A estimativa de repasses fundo a fundo do Governo do Estado foram estimados em R\$ 115.384.000.

2.6 Receitas de Transferências Multigovernamentais

a) **FUNDEB:** Para a estimativa das transferências vinculadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), foram considerados o histórico recente de arrecadação, a variação vegetativa da base de contribuições, os índices projetados de inflação (IPCA) e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), bem como as previsões de receita dos principais tributos que compõem a base do Fundo — ICMS, IPVA, IPI-Exportação e FPM. A partir desses parâmetros, elaborou-se um modelo estatístico de correlação que resultou na projeção bruta de R\$ 1.142.000.000 para 2026. Ressalte-se que, em virtude da sistemática de composição do FUNDEB, na qual o Município participa também como contribuinte, mas apresenta saldo líquido positivo entre os valores recebidos e os destinados ao Fundo, a estimativa líquida de incremento de receita para Curitiba alcança R\$ 634.045.000 no exercício de 2026.

2.7 Outras Receitas Correntes

Nas outras receitas correntes estão classificadas as arrecadações com multas e juros previstas em legislação específica do Município. As estimativas dessas receitas foram definidas conforme os históricos de arrecadação nos períodos anteriores e índices inflacionários, sendo estimado no montante de R\$ 296.668.000.

2.8 Receitas de Capital

A estimativa de arrecadação com Receitas de Capital foi realizada de acordo com os projetos existentes a serem executados no exercício financeiro de 2026, sendo estimados na proposta orçamentária R\$ 1.220.729.000.

- a) **Operações de Crédito:** A estimativa da receita com Operações de Crédito foi calculada considerando os projetos existentes, aprovados pelo Legislativo, e com base na programação financeira prevista para execução no exercício, sendo estimando o valor de R\$ 714.957.000.

- b) **Transferências de Capital – União/Estado:** As Transferências de Capital, compreendem os repasses ao Município para serem exclusivamente aplicados em despesas orçamentárias de capital e foram estimadas em R\$ 413.632.000, sendo o valor de R\$ 351.862.000 referente repasses da União e R\$ 61.770.000 para receitas com Transferências de Capital do Estado do Paraná.
- c) **Outras Receitas de Capital:** A estimativa para o exercício 2026 com outras receitas de capital é de R\$ 92.140.000, e compreende os valores da Lei Complementar Federal nº 151/2015 (Depósitos Judiciais), e a receita com potencial construtivo.

2.9 Receitas Intraorçamentárias

As receitas intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Municipal integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social, não representando novas entradas de recursos ao ente, mas apenas movimentação de receitas entre seus órgãos e são classificadas em Receitas Correntes Intraorçamentárias e Receitas de Capital Intraorçamentárias.

Para essas receitas foram estimadas com Receitas Correntes Intraorçamentárias um montante de R\$ 857.529.000 e Receitas de Capital Intraorçamentárias R\$ 4.471.000, somando total de R\$ 862.000.000.

2.10 Resumo da Estimativa da Receita

As estimativas da receita total por categoria econômica apresentam conforme resumo abaixo:

RESUMO GERAL DA RECEITA LOA 2026	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.282.416.000
CONTRIBUIÇÕES	733.053.000
RECEITA PATRIMONIAL	798.744.000
RECEITA DE SERVIÇOS	123.909.000
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.102.481.000
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	296.668.000
RECEITAS DE CAPITAL	1.220.729.000
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	862.000.000
TOTAL DA RECEITA	15.420.000.000
(-) RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	862.000.000
TOTAL DA GERAL RECEITA	14.558.000.000

Fonte: SGP - Sistema de Gestão Pública - Planejamento Orçamentário.